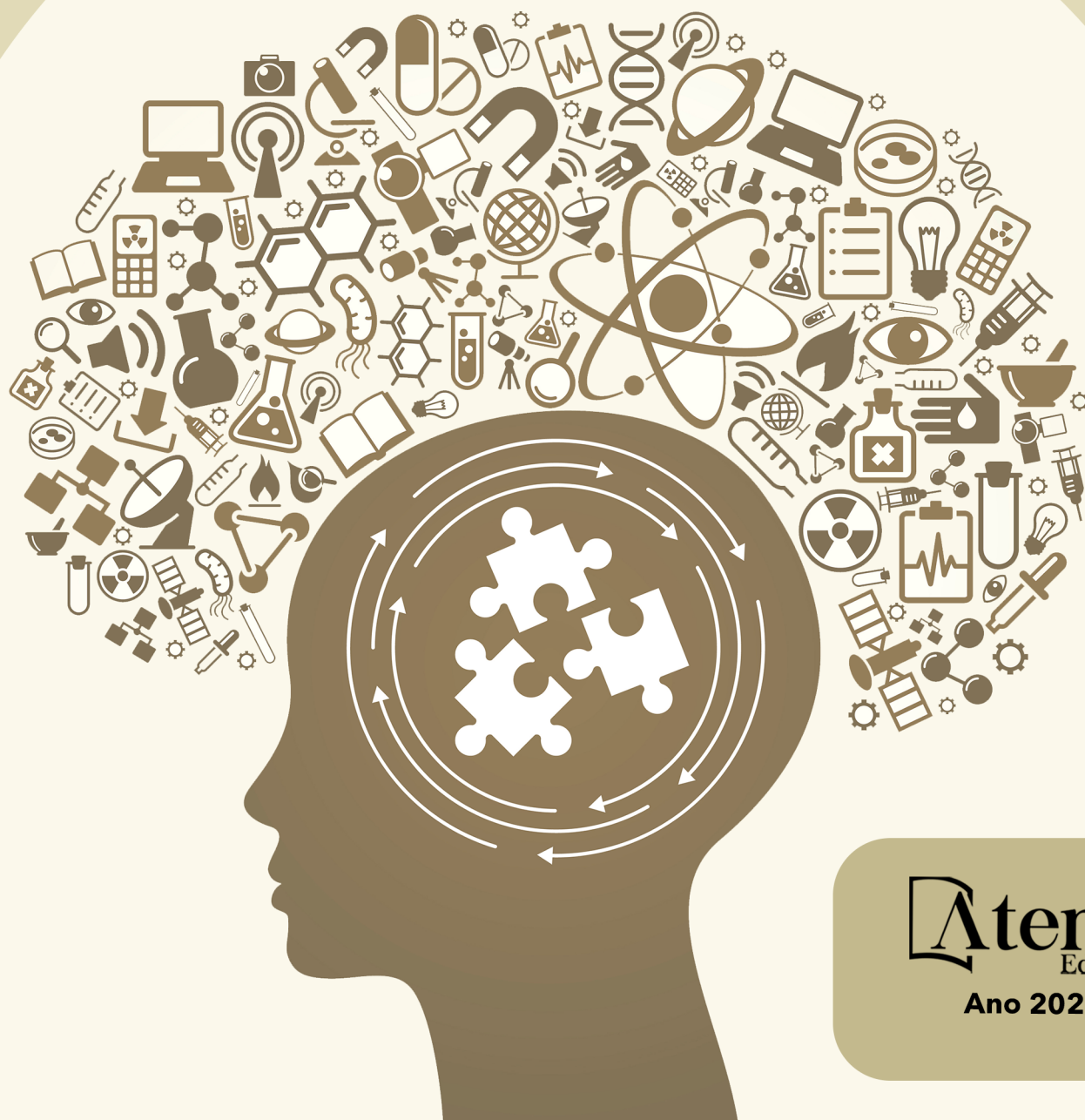


NOVAS POSSIBILIDADES RUMO AO FUTURO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
VAGNO BATISTA RIBEIRO
(ORGANIZADORES)**



Atena
Editora
Ano 2020

NOVAS POSSIBILIDADES RUMO AO FUTURO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
VAGNO BATISTA RIBEIRO
(ORGANIZADORES)**



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Posaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

N936 Novas possibilidades rumo ao futuro das ciências humanas e suas tecnologias [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Vagno Batista Ribeiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-76-8
 DOI 10.22533/at.ed.768200204

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. 2. Tecnologias.
 I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura.
 III. Ribeiro, Vagno Batista.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, num momento histórico em que muros se erguem, as pessoas se fecham, se isolam, aderem ao teletrabalho, em que se discute a vida e do indivíduo e a importância da constituição de relações humanizadas, trazemos a vocês o livro *Novas Possibilidades rumo ao Futuro das Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Um livro, que abre as fronteiras do conhecimento num ritmo acelerado, promovendo relações dialógicas e de intercâmbio cultural, aqui e alhures – com pesquisadores das mais variadas regiões do Brasil e de alguns sítios do México. No livro, os conhecimentos advindos das Ciências Humanas e suas Tecnologias, são perpassados por temas amplos e diversos, que materializam resultados de investigações desenvolvidas nos mais variados espaços de pesquisa. Uma obra organizada em dois eixos temáticos que totalizam 24 capítulos fantásticos. O primeiro eixo temático, intitulado “Ciências Humanas” engloba 18 capítulos, nos quais apresentamos diferentes perspectivas e olhares teóricos que endossam os diálogos nos seguintes campos: Educação, Ciências Sociais, Direito, História, Arte, Economia, Literatura, Filosofia, Meio Ambiente e outros, que são transcorridas transversalmente por temas e pelas discussões ao longo dos textos. O segundo eixo, tem como título “Tecnologias”, que vem como tema guarda-chuva abrigando, 06 capítulos, cujos diálogos vão além do cotidiano escolar/universitário, englobando o campo do Direito – startups e dados, Gestão Agroalimentar e outros. Dos liames existentes entre os dois capítulos, gravitam ideias, temas e reflexões, perpassados pelos seguintes fragmentos: “...viagens pelos livros...”, “...desenvolvimento rural”; “Educação ambiental”; “...comportamento seguro”, “O saber científico e outros saberes”; “Direito das mulheres à propriedade agrícola”; “pedagogia/alternância”; “Educar ou ensinar...”; “Saúde da mulher”; “O ensino de Filosofia”; “Modernidade líquida”; “...negócio local, social e sustentável”; “...Direitos fundamentais no teletrabalho”; O uso de tecnologias em sala de aula e em atividade científicas e outros contextos de formação. Desse modo, a coletânea de textos desta obra, se estabelece como um convite à reflexão e às interfaces de olhares de pesquisados e estudiosos que desenvolvem suas investigações Científicas na Ciências Humanas e suas Tecnologias. Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Vagno Batista Ribeiro

SUMÁRIO

I – PARTE CIÊNCIAS HUMANAS

CAPÍTULO 1	1
A PERSPECTIVA DE MONSTRO NO LIVRO <i>VIAGENS DE JEAN DE MANDEVILLE: OS SERES DISFORMES VIVENTES NO ORIENTE</i>	
Jorge Luiz Voloski Jaime Estevão dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.7682002041	
CAPÍTULO 2	11
DESARROLLO RURAL EN UNA COMUNIDAD DEDICADA A LA PRODUCCIÓN FORESTAL EN EL ALTIPLANO TAMAULIPECO, MÉXICO	
Elizabeth Del Carmen Andrade Limas Aimé Mariel López Rivas Bárbara Azucena Macías Hernández Glenda Nelly Lara Requena Lorenzo Heyer Rodríguez Patricio Rivera Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.7682002042	
CAPÍTULO 3	25
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO SOLUÇÃO PARA OS RISCOS GERADOS PELO CONSUMISMO CONTEMPORÂNEO	
Andreza de Souza Toledo Matheus Milani	
DOI 10.22533/at.ed.7682002043	
CAPÍTULO 4	45
A IMPORTÂNCIA DO DIREITO HUMANITÁRIO NA LIBÉRIA: INTOLERÂNCIA E VULNERABILIDADE	
Carlos Alberto Leite	
DOI 10.22533/at.ed.7682002044	
CAPÍTULO 5	61
A IMPORTÂNCIA DO COMPORTAMENTO SEGURO PARA AMENIZAR OS ACIDENTES E TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS OCASIONADOS PELO TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA O COMPORTAMENTO SEGURO E SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR	
Jaciera Graciela Dias Trzaskos Ester Caroline Dias Trzaskos	
DOI 10.22533/at.ed.7682002045	
CAPÍTULO 6	75
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O SABER CIENTÍFICO E OUTROS SABERES COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO	
Luciano Tadeu Corrêa Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.7682002046	
CAPÍTULO 7	88
EL DERECHO DE LAS MUJERES A LA PROPIEDAD AGRARIA, UN CONTEXTO DE USOS Y COSTUMBRES EN EJIDOS Y COMUNIDADES EN MÉXICO	
Marcial Reyes Cázarez	

Daniel Reyes Cázarez
DOI 10.22533/at.ed.7682002047

CAPÍTULO 8 100

A PEDAGOGIA EM ALTERNÂNCIA E A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

Walter Roberto Marschner

DOI 10.22533/at.ed.7682002048

CAPÍTULO 9 114

A PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO NEOLIBERAL:
UMA ANÁLISE DA AGENDA GOVERNAMENTAL PIAUIENSE

Hilziane Layza de Brito Pereira Lima

DOI 10.22533/at.ed.7682002049

CAPÍTULO 10 123

EDUCAR OU ENSINAR: CONFLITO ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE - NOVOS
CONTORNOS SE FOR TRABALHADO EM CÍRCULOS DE PAZ

Suzana Damiani

Claudia Maria Hansel

Victória Antônia Tadiello Passarela

DOI 10.22533/at.ed.76820020410

CAPÍTULO 11 134

A SAÚDE DA MULHER PESCADORA ARTESANAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, ESPÍRITO
SANTO

Quéren da Silva Martins

Gilsa Helena Barcellos

DOI 10.22533/at.ed.76820020411

CAPÍTULO 12 146

EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406) E AS CARACTERÍSTICAS DAS VIAGENS NA BAIXA IDADE
MÉDIA

Sofia Alves Cândido da Silva

Jaime Estevão dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.76820020412

CAPÍTULO 13 158

O NASCIMENTO E RENASCIMENTO DO *BALÉ LA SYLPHIDE* E A CRIAÇÃO DO TUTU
ROMÂNTICO

George Ricardo Carvalho Monteiro

Francisca Dantas Mendes

DOI 10.22533/at.ed.76820020413

CAPÍTULO 14 180

ENSINO DE FILOSOFIA NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES
DA FILOSOFIA PARA O PROTAGONISMO JUVENIL

Josegley Andrade de Lucena

DOI 10.22533/at.ed.76820020414

CAPÍTULO 15 193

HABITANDO NO CATIVEIRO DA INCERTEZA: A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN

Raphael Colvara Pinto

CAPÍTULO 16 203

MUDANÇAS E CONTINUIDADES PRODUTIVAS E ALIMENTARES NO COTIDIANO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ

Patricia Fernandes
José Marcos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.76820020416

CAPÍTULO 17 215

O ATELIÊ BIANCA BAGGIO COMO NEGÓCIO LOCAL , SOCIAL E SUSTENTÁVEL ATUANTE NA PROPAGAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Bianca Helena Bisetto Baggio
Brunna Gonçalves Ramos

DOI 10.22533/at.ed.76820020417

CAPÍTULO 18 219

A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Cláudia Sousa Oriente de Faria

DOI 10.22533/at.ed.76820020418

PARTE II - TECNOLOGIAS

CAPÍTULO 19 229

A RELEVÂNCIA DO DIREITO À DESCONEXÃO PARA A PRESERVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TELETRABALHO

Jéssica Porto Cavalcante Lima Calou
Thiago Melo Façanha
Roberta Calazans Menescal de Souza Gomes

DOI 10.22533/at.ed.76820020419

CAPÍTULO 20 242

AS CONCEPÇÕES E AS DEMANDAS TECNOLÓGICAS DE RASTREABILIDADE NO CONTEXTO DA GESTÃO AGROALIMENTAR

Andressa Morgan
César Augustus Winck
Miguelangelo Gianezini

DOI 10.22533/at.ed.76820020420

CAPÍTULO 21 260

AVALIAÇÃO DE SALA DE AULA REGULAR A PARTIR DOS PARÂMETROS DO DESIGN UNIVERSAL E DA METODOLOGIA DEAFSPACE PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Renata de Assunção Neves

DOI 10.22533/at.ed.76820020421

CAPÍTULO 22 278

ACADEMIC CANVAS: UMA FERRAMENTA VISUAL PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Heleno Almeida Lima

DOI 10.22533/at.ed.76820020422

CAPÍTULO 23	282
O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SALA DE AULA: A PERSPECTIVA DOS(AS) LICENCIANDOS(AS) EM SUA FORMAÇÃO INICIAL	
Luciana de Lima	
Deyse Mara Romualdo Soares	
Gabriela Teles	
Robson Carlos Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.76820020423	
CAPÍTULO 24	292
STARTUPS E DADOS: DESAFIOS JURÍDICOS FRENTE AS NOVAS TECNOLOGIAS	
Mateus Catalani Pirani	
Fernando Frazão Peres	
Sueli Molinos Galante	
DOI 10.22533/at.ed.76820020424	
SOBRE OS ORGANIZADORES	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

A PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE DA AGENDA GOVERNAMENTAL PIAUIENSE

Data de aceite: 27/03/2020

Data de Submissão: 23/12/2019

Hilziane Layza de Brito Pereira Lima

Universidade Federal do Piauí

Teresina – Piauí

hilzianebrito@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1803841698954901>

RESUMO: A violência de gênero têm sido intensamente debatida na cena contemporânea, mormente devido aos índices elevados de feminicídio, o que requer uma postura ativa por parte do Estado a fim de se resguardar socialmente as mulheres em situação de violência. Este artigo pondera a respeito da formatação das políticas públicas na agenda governamental do Estado do Piauí sob a perspectiva do gênero e da raça. O objetivo consiste em verificar a presença e estrutura de políticas públicas voltadas especificamente às mulheres negras em situação de violência no cenário neoliberal. A partir de um estudo descritivo e qualitativo, o trabalho se desenvolveu mediante revisão bibliográfica sobre o tema e através da análise documental de arquivos disponíveis no site oficial do

Governo do Estado do Piauí. Aponta-se ao final a carência de políticas públicas no Estado do Piauí destinadas especialmente à mulher negra em situação de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Gênero. Raça.

GENDER AND RACE PERSPECTIVE IN PUBLIC POLICIES IN THE NEOLIBERAL SCENARIO: AN ANALYSIS OF THE PIAUIENSE GOVERNMENT AGENDA

ABSTRACT: Gender violence has been intensely debated in the contemporary scene, mainly due to the high rates of femicide, which requires an active stance on the part of the state in order to socially protect women in situations of violence. This article considers the formatting of public policies in the governmental agenda of the State of Piauí from the perspective of gender and race, with the objective of verifying the presence and structure of public policies aimed specifically at black women in situations of violence in the neoliberal scenario. . From a descriptive and qualitative study, the work was developed through systematic literature review on the subject and through documentary analysis of archives available on the official website of the State of Piauí Government. At the

end, the lack of public policies in the State of Piauí aimed especially at black women in situations of violence is pointed out.

KEYWORDS: Public Policies. Genre. Race.

1 | INTRODUÇÃO

Os elevados índices de violência de gênero têm demandado a atuação estatal através de implementação e execução de políticas públicas que visem resguardar socialmente as mulheres, promovendo a equidade de gênero nas políticas públicas e exigindo um reconhecimento das diferenças entre as mulheres em situação de violência.

A violência invisível provocada pela superioridade da “branquitude” no imaginário da sociedade promove efeitos negativos na subjetividade de mulheres negras, afetando suas relações de ordem ocupacional, relacional e até mesmo sexual. Esses efeitos evidenciam a necessidade de se criar ou remodelar algumas práticas afetadas pelo neoliberalismo político, que pressupõe uma igualdade entre todos, transferindo a responsabilidade social do Estado para os indivíduos.

As demandas das mulheres pela equidade de gênero foram levadas à esfera pública, apontando para a necessidade de se ponderar sobre “equidade de gênero” nas políticas públicas. Esse processo de participação e reivindicação remete ao conceito de cidadania e democracia com a participação cada vez mais frequente na agenda pública em torno de questões gerais relativas à democratização, como de uma pauta específica de reclamações por serviços públicos. Os movimentos sociais feministas tiveram participação relevante neste processo pela busca pelos interesses das mulheres.

Desta feita, este artigo analisa a formatação da questão de gênero e raça nas políticas públicas na agenda governamental do Estado do Piauí como referência no enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres negras no cenário neoliberal.

Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa se desenvolveu a partir de um estudo descritivo e qualitativo. O artigo é fruto de uma revisão bibliográfica, utilizando-se como parâmetro as obras de autores que abordam sobre interseccionalidade, democracia e a violência de gênero.

Em um segundo momento, realizou-se uma análise de conteúdo por meio de pesquisa no site oficial do Governo do Estado do Piauí, a fim de verificar as ações que guardam relação com as políticas públicas para o enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres negras no estado piauiense na era neoliberal.

Não obstante o Estado do Piauí, objeto desta pesquisa, tenha se destacado nacionalmente nos últimos anos pela elaboração e implementação de políticas

públicas destinadas ao amparo da mulher piauiense em situação de violência, não se é possível vislumbrar, a partir da análise documental realizada, uma ação governamental voltada mais especificamente para tratar a violência de gênero em face da mulher negra, ainda vista e analisada no conjunto da totalidade.

2 | METODOLOGIA

Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa foi realizada a partir de um estudo predominantemente descritivo e qualitativo. A opção pela abordagem qualitativa se ajustou na afirmação que esta abordagem responde a questões muito particulares e comporta o aprofundamento de questões no âmbito das definições e valores que se expressam no campo das relações e reproduções sociais, de acordo com Minayo (2001).

A análise foi desenvolvida em dois momentos, o teórico e o documental. Partiu-se de uma pesquisa teórica por meio de uma revisão bibliográfica, a fim de se oportunizar a compreensão de conceitos relevantes sobre tema. Para tanto, foram utilizados como parâmetro os estudos de autoras que ajudaram a compreender a interseccionalidade entre eixos de poder e como se caracteriza essa discriminação interseccional.

Posteriormente, foi realizada a pesquisa documental, mediante o método de análise de conteúdo. Para Bauer (2000, p. 212) a análise de conteúdo “[...] foi desenvolvida, na pesquisa social, para a análise de materiais textuais, especificamente material impresso”. Bardin (2016, p. 125), por sua vez, explicita as fases da análise de conteúdo em torno de “três polos cronológicos: pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferências e interpretação”.

Dessa forma, a análise de conteúdo foi desenvolvida com a pesquisa de documentos públicos a nível estadual que guardam relação com as políticas públicas para o enfrentamento à violência de gênero, a fim de verificar a presença e estrutura de políticas públicas voltadas especificamente às mulheres negras em situação de violência no Estado do Piauí.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Atlas da Violência de 2019 revelou que 87% das vítimas de homicídios do Estado do Piauí foram negros. Pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas Para Mulheres de Teresina – PI (SMPPM), apresentada no início do ano de 2018, aponta que em 2017 foram registrados mais de 8 (oito) mil casos de violência contra a mulher no Piauí.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco essencial na instituição

da cidadania e dos direitos humanos das mulheres no Estado brasileiro, pois deu importância ao cumprimento das políticas sociais:

A partir da Constituição de 1988, as políticas sociais brasileiras têm como finalidade dar cumprimento aos objetivos fundamentais da República, conforme previsto no seu art. 3º. Assim, por intermédio da garantia dos direitos sociais, buscou-se construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais e promovendo o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação (CASTRO, 2009, p. 93).

Apesar de muitos avanços internos e externos, ainda persistem elementos discriminatórios com relação às mulheres no pensamento social do brasileiro. Não obstante, o reconhecimento por parte dos governos da situação peculiar em que vivem muitas mulheres é considerado um grande progresso na pauta de reivindicações de políticas públicas de gênero.

Para Castro (2009), a partir do Governo Lula essa pauta passou a ser inserida de forma mais concreta na agenda governamental:

O governo Lula, logo em seu início, reconheceu que eram inúmeros os problemas sociais a serem enfrentados pela sociedade brasileira. [...] Com o intuito de enfrentar esses desafios, o governo do presidente Lula desencadeou, em seu início, uma série de medidas político-administrativas, que podem ser agrupadas da seguinte forma: [...] a política de promoção da igualdade de gênero, impulsionada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (CASTRO, 2009, p. 103)

As políticas públicas são compreendidas como a forma pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais, constituídas do relacionamento e dos interesses que permeiam as diversas facetas da sociedade. Dessa forma, as políticas públicas representam a execução de ações pelo Estado. Rodrigues (2010) aponta que:

Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação) (RODRIGUES, 2010, p. 53).

Os elevados índices de violência de gênero têm demandado a atuação estatal através de implementação e execução de políticas públicas que visem resguardar socialmente as mulheres, promovendo a equidade de gênero nas políticas públicas e exigindo um reconhecimento das diferenças entre as mulheres em situação de violência.

Para Scott (1989) o conceito de gênero é utilizado para apontar relações sociais entre os sexos, rejeitando justificativas biológicas, sendo uma ferramenta para indicar construções sociais:

“Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o

mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1989, p. 7).

Contudo, vive-se contemporaneamente em um estado neoliberal que transfere para o particular a responsabilidade social que lhe cabe, o que repercute negativamente nas técnicas governamentais. A ausência de um recorte de raça, de ausência de um olhar para as diversas clivagens sociais marcadoras da diferença, afeta de sobremaneira a adoção e implementação de políticas para aqueles mais afetados pelas mazelas sociais, à revelia de todo um processo histórico criador de inúmeras desigualdades.

Muitas das desigualdades e opressões pelas quais sofrem algumas mulheres perpassam facilmente os muros do elemento gênero e da classe social a que pertencem, situando-as em posição inferior a das mulheres brancas na comparação entre marcadores sociais da diferença.

Hooks (2015) relata sua própria experiência como mulher negra em convívio com algumas mulheres brancas:

Como “objetos”, continuamos desiguais, inferiores. Mesmo que elas possam estar sinceramente preocupadas com o racismo, sua metodologia sugere que ainda não estão livres do tipo de paternalismo endêmico à ideologia branca hegemônica (HOOK, 2015, p. 205).

A localização interseccional das mulheres negras e sua marginalização estrutural promovem a exclusão racial decorrente do universalismo das políticas públicas de enfrentamento à violência, não se observando o fato de que as mulheres negras estão localizadas em um ponto de subordinação recorrente se comparadas às mulheres brancas.

Akotirene (2019) destaca que a interseccionalidade instrumentaliza as instâncias de proteção aos direitos humanos a lidarem com as necessidades e reivindicações das mulheres negras:

A despeito dos direitos humanos permitirem acesso irrestrito, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição, as mulheres negras se veem diante dos expedientes racistas e sexistas das instituições públicas e privadas por lhes negarem primeiro trabalho e, depois, o direito humano de serem reclamantes das discriminações sofridas (AKOTIRENE, 2019, p. 62).

Para Crenshaw (2002), é conferido um grau de invisibilidade às questões referentes a mulheres marginalizadas, dificultando a identificação da discriminação interseccional em conjunturas onde forças econômicas, culturais e sociais discretamente amoldam o pano de fundo, posicionando as mulheres em um ponto onde são afetadas por outros sistemas de subordinação. E complementa:

Portanto, a atenção à subordinação interseccional exige uma estratégia que valorize a análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas. A partir daí, a análise pode crescer, dando conta das várias influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas. É especialmente importante descobrir como as políticas e outras práticas podem moldar suas vidas diferentemente de como modelam as vidas daquelas mulheres que não estão expostas à mesma combinação de fatores enfrentados pelas mulheres marginalizadas (CRENSHAW, 2002, p. 182).

Logo, as políticas e as normas nem sempre são capazes de prever que as mulheres são ao mesmo tempo negras e mulheres (CRENSHAW, 2002). Daí decorre a necessidade de se analisar as experiências das mulheres marginalizadas, de modo a refletir sobre suas múltiplas identidades, promovendo-lhes visibilidade e desvendando as formas de subordinação que convergem para oprimir. Urge-se garantir que a discriminação racial e de gênero que afeta mulheres negras sejam consideradas simultaneamente, sem exclusão. A autora assim conceitua o termo interseccionalidade:

“[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Quanto à adoção de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, especificamente a violência contra a mulher, o Estado do Piauí tem assumido posto de destaque a nível nacional, desenvolvendo várias ações de fortalecimento das políticas públicas para a proteção da mulher. Tanto é que o estado foi escolhido em 2016 para elaborar as diretrizes em comemoração a um ano da Lei de Femicídio (Lei n. 13.104/2015).

Uma das políticas criadas pelo Governo do Piauí com o escopo de facilitar denúncias de casos de violência contra a mulher é o aplicativo “Salve Maria”, lançado em 2017, um aliado da polícia que permite o envio sigiloso de mensagens que chegam até o servidor público responsável para a tomada de providências cabíveis.

Importante destacar a parceria com o Governo Federal em dois programas de sua iniciativa: o “Pró-equidade de Gênero e Raça” e a “*Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência*”. O primeiro tem como fim promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas. O segundo, desenvolvido a partir de unidades móveis e adaptadas que percorrem mensalmente diversos municípios, promove ações de orientação, informação e enfrentamento à violência contra as mulheres

(Disponível em: <<http://www.pi.gov.br/materia/coordenadoria-de-mulheres/coordenadoria-da-mulher-desenvolve-acoes-de-enfrentamento-a-violencia-em-municipios-do-piaui-1785.html>> Acesso em: 01 de jul. 2019).

Em 2004 foi criada a “Casa Abrigo Mulher Viva”, mantida pelo Governo do Estado através da SASC (Secretaria da Assistência Social e Cidadania) e da CEPM (Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres). A Casa protege mulheres vítimas de violência doméstica e familiar durante o período de até três meses em que estejam em situação de violência e risco de morte (Disponível em: <<http://www.sasc.pi.gov.br/noticia.php?id=799>> Acesso em: 26 de jun. 2019).

Já o “Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência Francisca Trindade”, por sua vez, criado em 2007, se volta à promoção do bem estar e à cidadania da mulher, fornecendo atendimento psicossocial e jurídico e realizando campanhas de orientação e informação às mulheres quanto a seus direitos (Disponível em: <<http://www.sasc.pi.gov.br/noticia.php?id=799>> Acesso em 26 de junho de 2019).

Implementado em 2004, o Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVVIS), disponibiliza às mulheres uma equipe multiprofissional que ampara as mulheres vítimas de violência sexual, em âmbito estadual, incluindo a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e da gravidez indesejada (Disponível em: <<http://www.mder.pi.gov.br/conheca/samvvis/>> Acesso em 30 de jun. 2019). Aludido serviço funciona 24 horas por dia e oportuniza a feitura do exame de corpo de delito na própria Maternidade Evangelina Rosa, na cidade de Teresina, a fim de humanizar o atendimento.

De suma importância também os vários Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Ademais, o Estado ainda conta com o funcionamento de quatro Delegacias de Proteção dos Direitos da Mulher na capital Teresina e, no interior do Estado, em Parnaíba, Campo Maior, Piri-piri, Picos, Oeiras, Floriano, São Raimundo Nonato, Bom Jesus e Corrente.

Possui três Defensorias Públicas da Mulher (Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência) e o Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (NUPEVID), desenvolvido pelo Ministério Público Estadual (Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/coordenadoria-da-mulher/rede-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia/>> Acesso em: 30 de jun. 2019).

O Município de Teresina tem colaborado de forma considerável nas atividades de enfrentamento à violência contra a mulher com duas relevantes políticas públicas: o Centro de Referência Esperança Garcia e o Programa Amor de Tia, que contam com uma rede especializada de atendimento às mulheres vitimadas

pela violência.

De fato, evidencia-se um certo destaque do Estado do Piauí na implementação e execução de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero, motivo pelo qual tem recebido comitivas de outros governos, a fim de que possam levar a experiência desenvolvida aqui.

Todavia, não se vislumbrou a existência de políticas públicas específicas ao enfrentamento dessa questão que tenha recortes, ao mesmo tempo, de gênero e raça. As políticas públicas mencionadas se voltam à mulher em geral, não se delimitando categorias identitárias. Ou seja, não se verificou política pública que seja capaz de reconhecer e tratar de discriminações entrecruzadas de gênero, raça, classe ou outras categorias de identidades.

São, portanto, marcadores sociais que diferenciam as mulheres em diversos aspectos, seja pela sua cor, pela sua opção sexual, pela sua classe social. Estes elementos precisam ser analisados em conjunto com outros elementos na implementação e execução de políticas públicas, possibilitando a observação específica de que um determinado grupo pode sofrer mais discriminação do que outro, abrindo vantagem de oportunidades para este último.

4 | CONCLUSÃO

É digno de reconhecimento a presença da pauta de reivindicações de políticas públicas de gênero na agenda dos governos. Contudo, da análise realizada, conclui-se que, não obstante ser utilizado como parâmetro por outros estados da federação no quesito enfrentamento à violência contra a mulher e a presença da questão de gênero na agenda governamental piauiense, não se verificou a existência de uma política pública específica, com recorte de gênero e raça, que se volte a enfrentar os marcadores sociais da diferença que oprimem as mulheres negras.

Dados de que a maior parte das mulheres que sofre violência de gênero são negras exigem uma relação mais estreita entre o que se vive e como as políticas públicas tratam essa vivência. Eis um dos grandes desafios da interseccionalidade em uma sociedade universalista e de perfil neoliberal.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Atlas da violência 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São

Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, Martin W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Política social alguns aspectos relevantes para a discussão**. In: MDS/UNESCO. Concepção e gestão de proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acessado em: 05/04/2019.

HOOKS, B. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIAUÍ. **Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.pi.gov.br/materia/coordenadoria-de-mulheres/coordenadoria-da-mulher-desenvolve-aco-es-de-enfrentamento-a-violencia-em-municipios-do-piaui-1785.html>> Acesso em: 01 de jul. 2019.

PIAUÍ. **Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.sasc.pi.gov.br/noticia.php?id=799>> Acesso em: 26 de jun. 2019.

PIAUÍ. **Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.sasc.pi.gov.br/noticia.php?id=799>> Acesso em 26 de junho de 2019.

PIAUÍ. **Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.mder.pi.gov.br/conheca/samvvis/>> Acesso em 30 de jun. 2019.

PIAUÍ. **Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/coordenadoria-da-mulher/rede-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia/>> Acesso em: 30 de jun. 2019.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press.1989.

ÍNDICE REMISSIVO

B

Baixa Idade Média 1, 146, 147, 150, 152, 153, 155, 156

Big Data 292, 296, 297, 300, 301

C

Cadeias Produtivas 242, 244, 248, 251, 252, 254, 255, 256

Comportamento 25, 48, 56, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 128, 216, 261, 297

Consumismo 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 39, 40, 42, 43, 199, 217

D

Desenvolvimento Rural 102, 213

Design Universal 260, 262, 266, 267, 276

Deslocamento 1, 2, 142, 152, 233

Direito à Desconexão 229, 230, 232, 236, 237, 239, 240, 241

E

Economia Circular 215

Educação do Campo 100, 101, 103, 106, 112

Ensino de Filosofia 180, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 192

Escola 34, 35, 76, 77, 78, 82, 85, 102, 103, 105, 106, 108, 112, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 158, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 260, 263, 274, 275, 276, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 303

F

Família 71, 101, 104, 105, 111, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

Formação Docente 75, 188, 290

G

Gênero 5, 107, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 137, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 160, 161, 162, 164, 223, 286

I

Identidades 29, 83, 100, 101, 107, 108, 109, 112, 119, 121, 138, 195, 303

Igualdade 115, 117, 119, 196

Incerteza 193, 194, 199, 295, 297

Inclusão Escolar 260, 262, 263, 264

Indústria de Alimentos 81, 204, 207, 208, 209

L

Literatura de Viagem 146, 147, 149, 150, 154

M

Mestiçagem 219, 221, 225, 226, 227

Modernidade Líquida 193, 194, 198, 201

Monstro 1, 3, 5, 6, 9

Mulher 8, 9, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 129, 134, 136, 137, 144, 161, 195, 223

P

Pierre Lacotte 158, 159, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 178

Planejamento Científico 278

Políticas Públicas 23, 57, 102, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 134, 136, 137, 144, 208, 253

Project Model Canvas 278, 279, 281

Protagonismo 100, 112, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192

R

Raça 50, 114, 115, 118, 119, 121, 220, 226

Rastreabilidade 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259

Resistência 50, 52, 204, 209, 210, 213, 273

S

Saber Científico 75, 76, 78, 85

Sociedade de Risco 25, 26, 30, 32, 41

Startups 292, 293, 295, 297, 298, 300, 301, 302

Sustentabilidade 41, 43, 110, 214, 215, 216, 217, 218, 253, 276

T

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação 282, 283, 284, 287, 291

Tecnologias Laborais 229, 230

Trabalho 4, 25, 28, 29, 32, 34, 36, 45, 50, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 84, 86, 103, 104, 105, 106, 108, 111, 114, 118, 123, 124, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 168, 171, 185, 187, 188, 199, 211, 215, 216, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 257, 261, 267, 271, 272, 273, 276, 278, 280, 281, 298

Traje de cena 158, 159, 176, 177

V

Vitimologia 45, 53

 **Atena**
Editora

2 0 2 0